

Escolas rejeitam aumento

“As escolas particulares do Distrito Federal em sua maioria discordam do índice de reajustamento das semestralidades escolares estipulado pelo Governo”. A afirmação é de Oswaldo Saenger, da diretoria do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF. Ele frisou que o reajuste das mensalidades não atende a realidade das escolas.

As escolas particulares, segundo Saenger, não queriam um índice e sim que o Governo desenvolvesse uma fórmula de atender a situação de cada tipo de escola. “Tem escolas que pagam mais aos professores do que outras; escolas com menos alunos que outras e escolas com cargas horárias maiores do que outras. O Governo tinha que ter levado tudo isto em consideração ao prepa-

rar o índice, o que não aconteceu”, frisou Saenger, acrescentando que nem 200 por cento de aumento cobririam o déficit de determinadas escolas.

“O Governo acabou arrumando a solução política para o problema enquanto o problema não é político e sim técnico. Daqui a três meses vamos ter que voltar a discutir o mesmo problema outra vez, com o reajuste do segundo semestre. O Governo poderia evitar novas negociações se tivesse achado a solução ideal desta vez”, afirmou Saenger.

Saenger disse que o Governo deveria ter aplicado uma fórmula que realmente atendesse às necessidades das escolas particulares. “O Governo tinha que pensar que variam os tipos de escolas, os salários pagos por cada uma e as cargas horárias”, frisou. O

sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino vai convocar uma assembléia — tendo em vista o desagrado geral das escolas frente ao reajuste das mensalidades — com os diretores para avaliar a situação e tomar uma decisão sobre como enfrentar o problema.

Saenger comunicou que existe até a hipótese das escolas particulares não começarem as aulas em fevereiro ou março.

“O reajuste foi baixíssimo”, disse a diretora da Escola Monteiro Lobato, situada na quadra 913 Norte, Ana Maria de Castro Mesquita. Ela disse que o reajuste é péssimo e o salário dos professores está muito defasado. “Seria necessário um reajuste de 80% para equilibrar os salários dos profissionais da área”, frisou a diretora.